

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Heranças e doações sentem efeito de reforma tributária..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad deve anunciar novas medidas para obter receita..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo será de R\$ 1.412 em 2024, define o governo..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma da Previdência patina em Estados e municípios e acende alerta..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Municípios vão à Justiça para brechar bloqueio de verba..... 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 27 bilhões em precatórios a aposentados do INSS; veja quem recebe (Previdência)..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Escolhas de Lula geram ineficiência do governo petista no Parlamento..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Municípios vão entrar no ano eleitoral com rombo em contas..... 13

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso assume protagonismo na agenda nacional (Editorial)..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Triste captura do Estado pela elite (Artigo)..... 16

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vitória do ano é volta à normalidade, diz Haddad (Artigo)..... 18

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda por que 2024 é tão importante para programar heranças e doações..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para especialistas, forte dependência de repasses agrava quadro fiscal..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad confirma reoneração do diesel a partir de janeiro..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad promete nesta semana medidas de apoio à indústria24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Controvérsias sobre a distribuição de renda no Brasil (Artigo)25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Queda do dólar expõe mais um erro de previsão dos economistas - MERCADO S/A.....27

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso debate pacote de Milei; governo corta 5 mil servidores públicos.....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Estamos empurrando com a barriga o problema fiscal"31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mais coragem para enfrentar os problemas - ZEINA LATIF33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa sobe 0,59% e bate novo recorde, aos 133.592 pontos35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado reduz previsões para a inflação e o dólar36

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

PIB da China deve desacelerar em 2024, preveem analistas37

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Milei demite 7 mil de órgãos do Estado e deve enfrentar marcha hoje39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tom de cautela do Copom não barra previsões de Selic menor40

Heranças e doações sentem efeito de reforma tributária

Marta Watanabe

A **reforma tributária** deve incluir em muitas resoluções de Ano-Novo a definição da estratégia sucessória e de administração patrimonial. Embora focada no consumo, a **reforma tributária** recém-promulgada trouxe mudanças importantes que ampliam ou facilitam a elevação de **impostos** cobrados sobre heranças, doações, propriedade de imóveis e veículos.

As alterações estão na Emenda Constitucional 132/2023, mas precisam ser alvo de propostas de lei estaduais ou municipais, conforme o imposto, que deverão ser debatidas no decorrer de 2024. Como as mudanças estão sujeitas aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal - ou seja, só valem no ano seguinte ao da sua aprovação, com prazo mínimo de 90 dias -, o ano de 2024 pode ser o último ainda para ser aproveitado com as regras anteriores à reforma. E isso, apontam especialistas, deve ser considerado na definição ou revisão de estratégias de sucessão e gestão de patrimônio.

O advogado Mauro Takahashi Mori, sócio do Machado Associados, chama atenção para o ITCMD ou ITMD, conforme denominação de cada Estado, cobrado sobre herança e doações. Ele lembra que, apesar de a progressividade para o imposto já ser adotada em vários Estados, alguns locais usam apenas uma alíquota fixa.

"Estados grandes como São Paulo e Minas Gerais têm alíquota fixa de 4% e 5%, respectivamente. Agora todos os Estados terão que adotar a progressividade, obrigatoriamente, o que pode impactar o planejamento sucessório." Hoje a alíquota máxima do ITCMD, explica, é de 8%, estabelecida por resolução do Senado. Já há projeto para elevar a alíquota para 16%, lembra.

Espera-se que os Estados que ainda não estabelecem a progressividade do ITCMD encaminhem seus projetos de lei às respectivas casas legislativas no decorrer de 2024, diz Mori. Sendo aprovadas, as novas leis passam a valer a partir de 2025 e devem respeitar também a anterioridade de 90 dias. No texto final da EC 132/23, ressalta Mori, a novidade em relação a texto anterior, da PEC 45/19, é que as alíquotas progressivas serão calculadas com base no

valor do quinhão, do legado ou da doação, e não do valor total envolvido, o que pode amenizara tributação.

Outro aspecto que os Estados podem aproveitar é a possibilidade que a emenda abriu para cobrar o ITCMD sobre bens móveis, tanto no Brasil como no exterior. Mori lembra que os alguns Estados já tentaram fazer a cobrança de ITCMD sobre bens móveis com base em disposição da redação anterior da Constituição Federal, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu que isso não poderia ser feito até que o tema fosse regulado por lei complementar.

A emenda da reforma muda esse cenário ao estabelecer competências aos Estados para cobrar o ITCMD sobre bens móveis até que venha lei complementar sobre o assunto. Para bens móveis no exterior, mostra levantamento do Machado Associados, no caso de falecido residente no Brasil, o imposto é devido ao Estado onde o falecido era domiciliado. Nas situações em que o falecido residia no exterior, o ITCMD é devido ao Estado onde reside o herdeiro ou legatário.

Para o economista e tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, as mudanças são um primeiro passo ao maior aperfeiçoamento da tributação de heranças e doações. As mudanças, avalia, devem suscitar o aumento da busca por planejamento patrimonial e sucessório.

A tributação na herança tende a andar junto com a da doação, explica Heury, para evitar que se burle o pagamento do imposto quando o dono do patrimônio morre. Desde a Constituição Federal de 1988, diz Heury, os Estados atuam mais na cobrança do ITCMD sobre heranças, mas sempre houve mais dificuldade de arrecadação sobre as doações, por falta de mecanismos de controle. Isso, explica, mudou no decorrer dos anos. Hoje, diz, isso ficou mais viável em razão do aumento da base das declarações de IR e do cruzamento de dados entre a **Receita Federal** e os órgãos fazendários estaduais.

Nos EUA, diz ele, a legislação sobre heranças e doações é complexa. Há vários regras para impedir que se burle o imposto. Ele exemplifica com o "skippinggeneration tax", que impede que se tente pular uma geração no pagamento do imposto sobre herança quando alguém faz doação diretamente ao

neto, exemplifica. Isso, diz Fleury, mostra como a legislação federal brasileira e a dos governos estaduais ainda podem evoluir bastante nesse campo, mas as mudanças da reforma já são um começo.

A EC 132/23 também trouxe mudanças em outro tributo cobrado pelos Estados: o IPVA, sobre a propriedade de veículos automotores. Antes da reforma, a cobrança desse tributo era restrita aos veículos terrestres. A emenda ampliou a cobrança para veículos aquáticos e aéreos, embora com exceções. Outra mudança é que as alíquotas do imposto também devem passar a considerar o impacto ambiental dos veículos.

No âmbito dos municípios, a emenda também inovou no IPTU, cobrado sobre propriedade de imóveis urbanos. Antes da reforma, a alteração da base de cálculo do imposto dependia de lei municipal. Com a emenda, o Poder Executivo poderá determinar a atualização dessa base de cálculo, desde que siga critérios definidos em lei municipal. As prefeituras, explica Mori, precisarão de lei aprovada nas respectivas casas legislativas estabelecendo os critérios para cálculo da planta de valores. Com base nisso o Executivo poderá fazer as atualizações por decreto. "Isso irá dar maior autonomia e celeridade aos prefeitos para aumentar a arrecadação de IPTU", diz Mori.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Haddad deve anunciar novas medidas para obter receita

ALINE BRITO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve anunciar, hoje, um pacote de medidas para compensar a perda de mais de R\$ 20 bilhões em arrecadação, em 2024, causada pela prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Além disso, deve ser apresentada uma alternativa para evitar a judicialização do benefício.

"São medidas compensatórias. Não se trata, em nenhum momento, de criar imposto ou aumentar alíquota. Vamos apenas seguir a Constituição, que estabelece determinadas obrigações", assegurou Haddad. O pacote não vai envolver, segundo o ministro, mudanças no Imposto de Renda e no tributo que incide sobre combustíveis, a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

A prorrogação da desoneração da folha até 2027 foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial e gerou uma despesa que pode chegar a R\$ 25 bilhões, já que esse gasto não estava previsto no Orçamento de 2024. Na visão da equipe econômica do governo, a lei acatada pelo Parlamento é inconstitucional, o que poderia acarretar um questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal.

Para evitar ação judicial, Haddad deve propor uma reoneração gradual da folha de pagamento. Segundo o ministro, essa medida valerá apenas para os 17 setores produtivos beneficiados pela prorrogação. A parte que envolve a redução da contribuição para a **Previdência Social** de municípios de menor porte, de 20% para 8% da folha, será discutida em outra ocasião pelo Congresso.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/12/2023/p1>

Salário mínimo será de R\$ 1.412 em 2024, define o governo

SÉRGIO ROXO E BERNARDO LIMA
economial@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo federal bateu o martelo e definiu que o novo valor do salário mínimo será de R\$ 1.412 a partir de janeiro de 2024, com pagamento em fevereiro do ano que vem. Atualmente, o mínimo está em R\$ 1.320.0 valor representa uma alta de R\$ 92 e ficou abaixo dos R\$ 1.421 estimados pelo governo na proposta de Orçamento deste ano. Até o dia 31, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai editar um decreto estabelecendo o valor.

O valor calculado considera a nova política permanente de valorização do piso nacional, já aprovada pelo Congresso Nacional. Pela nova lei, o reajuste corresponde à soma de dois índices: a **inflação** medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro; e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores. O primeiro fator foi calculado em 3,85% pelo IBGE. A essa variação, se somou o crescimento do **PIB** de 2022 -que totalizou 3% de expansão, de acordo com número já corrigido. Com isso, calcula-se o valor de R\$ 1.412, com número arredondado.

O valor do salário mínimo é referência não só para trabalhadores do setor público e privado, como também para pensionistas e aposentados do **INSS**, além de quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

60% PARA NOVOS IMÓVEIS

O ganho real do salário mínimo foi uma promessa de campanha de Lula, assim como a retomada do Minha Casa, Minha Vida. Ontem, o Ministério das Cidades publicou as regras sobre a distribuição dos recursos do FGTS para financiamentos de habitação, infraestrutura urbana e saneamento básico em 2024.

Serão R\$ 46,2 bilhões dos recursos do FGTS que devem ser direcionados para concessão de financiamentos de habitações a pessoas físicas. A medida vai contemplar famílias que tenham renda mensal bruta de até R\$ 4.400.

A instrução normativa define que, no mínimo, 60% do orçamento do Programa Especial de Crédito

Habitacional ao Cotista do FGTS (Pró-Cotista) devem ser destinados ao financiamento de imóveis novos; e, no máximo, 30% a financiamento de imóveis com valor de venda maior que R\$ 500 mil.

BOLSA FAMÍLIA

Além disso, o governo definiu o calendário de pagamentos do programa Bolsa Família para o ano que vem. A data em que o benefício estará disponível é definida pelo último dígito do Número de Identificação Social (NIS) do cartão do Bolsa Família. No primeiro dia de pagamento, são liberados os recursos destinados aos beneficiários com NIS de final 1-e a cada dia útil um novo grupo tem os valores liberados, até que o último grupo, com NIS de final 0, receba a quantia.

Os pagamentos são feitos durante os últimos dez dias úteis de cada mês, à exceção de dezembro, quando o calendário é antecipado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma da Previdência patina em Estados e municípios e acende alerta

Edna Simão

Quatro anos depois da reforma da Previdência, Estados e municípios ainda patinam para aprovar mudanças significativas, como a fixação de uma idade mínima de aposentadoria, em seus regimes de previdência. O déficit financeiro da previdência dos governos regionais está por volta dos R\$ 120 bilhões e a preocupação é com a deterioração dos números no longo prazo, especialmente nos municípios.

A avaliação de técnicos do governo e de especialistas da área é de que, se nada for feito, a tendência é que os entes comprometam ainda mais de seu orçamento com pagamento de aposentadoria e pensão dos seus servidores em detrimento do aumento de investimentos ou de gastos em áreas de saúde e educação.

Dos 2.144 regimes ativos (incluindo União) espalhados por Estados e municípios do país, apenas 34% (ou 729) fizeram o que se chama de uma reforma ampla da previdência, ou seja, implementaram pelo menos 80% do que foi aprovado em 2019 pelo Congresso e é adotado pela União. Mas o que foi considerado na reforma como de aplicação automática para Estados e municípios, como adequações de alíquotas de contribuição e exclusão de auxílios, foi implementada pela maioria (95%) dos entes.

A principal dificuldade para implementação da reforma é a resistência para aprovação nas assembleias e câmaras legislativas, já que é uma medida impopular. O problema é maior entre as prefeituras. Segundo os dados mais recentes do Ministério da Previdência, dos regimes ativos, 2.093 funcionam em municípios e somente 697 conseguiram aprovar mudanças nos moldes do que hoje é aplicado na União. As informações foram entregues pelos entes públicos ao ministério neste ano com base em 2022.

Nos Estados, a situação é melhor. Das 27 unidades federativas, 20 já tiraram do papel a reforma ampla. Apenas Distrito Federal, Pernambuco, Roraima, Amapá, Amazonas, Maranhão e Tocantins não aprovaram uma reforma ampla.

A coordenadora-geral de Normatização e Acompanhamento Legal do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público da

Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da **Previdência Social**, Cláudia Fernanda Iten, explicou que o déficit da previdência preocupa "mas não dá para alarmar" porque os entes federativos precisam apresentar anualmente um plano de equacionamento de déficit.

"O ente não pode ter regime próprio, ter um déficit elevado e não fazer nada. Tem que fazer avaliação atuarial todos os anos e tem que fazer um plano de equacionamento e pagar o déficit todos os meses em forma de alíquota ou aporte", explica Cláudia, acrescentando que aposentadoria e pensão é uma política pública de extrema importância, mas os governos locais precisam arcar com outros tipos de políticas como nas áreas de educação e saúde.

O rombo de Estados e municípios é de cerca de R\$ 120 bilhões. Se todos os benefícios fossem trazidos a valor presente, esse déficit, conhecido como atuarial, chegaria a R\$ 3,3 trilhões. "É importante que os municípios e os Estados que não realizaram a reforma façam a discussão", afirmou. Segundo Cláudia, os entes federativos que fizeram uma reforma ampla estão notando diminuição ou uma acomodação dos resultados negativos.

A expectativa da técnica é que o déficit dos regimes próprios de previdência dos Estados e municípios tenham uma deterioração em 2023. Entre os motivos, está a elevação do piso salarial dos professores. Para minimizar o problema, os entes ganharam mais prazo para pagamento de juros dos parcelamentos, que é um parâmetro atuarial que tem impacto financeiro e orçamentário.

O governo do Distrito Federal foi um dos entes que não fizeram reforma da previdência ampla, ou seja, com a fixação de idade mínima, e o assunto não é uma prioridade no momento. Um dos pontos implementados foi a elevação da contribuição previdenciária. "Nosso plano financeiro é deficitário. Temos consciência da necessidade da reforma", afirmou a diretora-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF), Raquel Galvão.

Ela destacou que mexer com idade mínima é um tema de difícil aprovação e lembrou que em vários locais em que a mudança foi adotada houve greve de servidores

e manifestações. Além disso, Raquel frisou que a idade mínima de aposentadoria no Distrito Federal hoje é de 60 para homens e 55 para mulheres e não há mais paridade e integralidade. "Não vejo impacto grande [para o Distrito Federal] da adoção da idade mínima [62 anos para mulheres e 65 anos para homens] como tivemos com a mudança na alíquota [de contribuição]", destacou. No caso da contribuição, a reforma, conforme a diretora-presidente do Iprev-DF, teve reflexo "bem razoável" para o equilíbrio atuarial da previdência do Distrito Federal. O déficit financeiro é de R\$ 2,2 milhões ano.

Florianópolis também implementou apenas uma reforma parcial. O presidente do Iprev - Instituto de Previdência de Florianópolis, Luís Fabiano de Araújo Giannini, acredita que os parlamentares locais vão aprovar da lei complementar que altera o cálculo da média das contribuições e a pensão por morte. O regime de **previdência complementar** do município foi aprovado em 2021.

Segundo Giannini, essa reforma parcial vai contribuir para uma redução do déficit atuarial, num primeiro momento, de R\$ 1,5 bilhão ao longo de 50 a 60 anos e, se fosse feita a reforma ampla, esse valor seria o dobro. "Será feito. Só exige muito cenário político melhor e diálogo."

O especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), afirmou que já esperava que especialmente os municípios não fizessem mudanças na previdência. "Muito ruim, mas é muito previsível. Estava na proposta original [aplicação da reforma da previdência também para Estados e municípios], mas se retirou por pressões. Crônica de uma morte anunciada", disse o economista.

Segundo Afonso, como o tema é impopular e saiu da pauta, dificilmente, um prefeito de cidade pequena vai querer patrocinar mudanças. "Financeiramente hoje não tem desequilíbrio grande. Tem desequilíbrio no futuro e mostra a obrigatoriedade da reforma", frisou.

Em 2019, com o objetivo de dar sustentabilidade à **Previdência Social** no longo prazo devido ao envelhecimento da população, que vive cada vez mais, e à redução da taxa de natalidade, o governo federal propôs mudanças nas regras de aposentadorias e pensões e, após meses de discussões e ajustes de texto, foram promulgadas pelo Congresso Nacional.

Uma das principais mudanças foi o estabelecimento da idade mínima de aposentadoria fixada em 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Também foi promovida alteração dos critérios de cálculo do valor

do benefício e nas regras de pensões e as regras de aposentadorias de trabalhadores da iniciativa privada e **servidores públicos** também foram equiparadas.

O projeto original do Executivo até previa que as mudanças nas regras previdenciárias seriam válidas para todos, porém, durante a tramitação da proposta, os Estados e os municípios foram retirados para viabilizar a aprovação da reforma. Ou seja, para promover os mesmos ajustes precisa aprovar leis em suas assembleias e câmaras legislativas, respectivamente. Segundo a técnica do Ministério da Previdência, a reforma de 2019 trouxe um diferencial em relação as outras porque nas anteriores as mudanças valiam automaticamente para todos os entes.

"O ente não pode ter regime próprio, ter um déficit elevado e não fazer nada" Cláudia Iten

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Municípios vão à Justiça para breçar bloqueio de verba

Edna Simão

Dos mais de 2 mil regimes próprios ativos, um Estado, duas capitais e 197 municípios descumpriram o prazo de dois anos fixados pela Emenda Constitucional 103, promulgada em 2019, para aprovação de leis para criação do Regime de **Previdência Complementar** (RPC). Roraima foi o único Estados que não aprovou a lei de instituição do RPC. Dos municípios, 90% já aprovaram leis, exceto as capitais Belém e Maceió, e deste cerca de 35% estão em pleno funcionamento.

A penalidade para os entes que descumprirem o prazo é a emissão administrativa com pendência do chamado Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que impede o recebimento, por exemplo, de transferências voluntárias do governo federal. Para burlar isso, muitos entes recorrem à Justiça para conseguir o CRI5 judicial que suspende a penalidade enquanto estiver vigente. Atualmente, cerca de um terços dos entes possuem CRPjudicial.

Segundo levantamento do Ministério da Previdência, 1.219 regimes próprios já tiveram leis aprovadas nos Estados e municípios para criação da **previdência complementar**, porém ainda não estão vigentes. Por exemplo, os Estados do Rio Grande do Norte e Maranhão aprovaram a lei, mais ainda precisam selecionar a entidade que vai administrar o RPC e a aprovação do convênio de adesão. O Rio Grande do Norte abriu processo seletivo há poucos dias e deve concluir o processo ao longo do primeiro semestre de 2024. Por outro lado, existem 726 entes com RPC instituído e vigente.

"É importante ter em mente que a instituição do RPC é apenas uma parte da solução do problema de sustentabilidade da previdência dos servidores dos entes subnacionais. Há necessidade de fazer as outras reformas, que são importantes", afirmou técnico do Ministério da **Previdência Social** ao Valor, lembrando que apenas um terço dos entes (principalmente municípios) fizeram a reforma de benefícios, o que incluiu a fixação da idade mínima de aposentadoria, tempo de contribuição, regra de cálculo, novas regras de transição.

Para tentar a sustentabilidade de longo prazo, a reforma da Previdência estabeleceu o prazo de dois anos, que já foi encerrado, para que Estados e

municípios criassem a **previdência complementar**. A implementação depende de aprovação de lei pelas assembleias ou câmaras legislativas, e ainda estabeleceu sanções em caso de descumprimento.

Antes da reforma da Previdência, a criação de planos era facultativa e poderia ser oferecida apenas por entidades fechadas de natureza pública. Com a reforma, além da fixação de um prazo de dois anos, não só as entidades fechadas como também as abertas podem oferecer o produto. Existem três possibilidades para instituir o RPC: aderir a um plano que já existe, criar um plano em entidade já existente ou criar uma entidade.

Com a instituição de um RPC, os benefícios dos servidores estarão limitados ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que atualmente é de R\$ 7.507,49. Quem quiser ter uma aposentadoria maior terá que contribuir para a **previdência complementar**.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231226/>

Justiça libera R\$ 27 bilhões em precatórios a aposentados do INSS; veja quem recebe (Previdência)

Cristiane Gercina

A Justiça Federal liberou R\$ 27,2 bilhões para pagar aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que venceram ações de concessão ou revisão do benefício no Judiciário .

O montante vai quitar as RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de até 60 salários mínimos liberadas pelo juiz em novembro e os precatórios que deixaram de ser pagos no governo Bolsonaro .

Do total, R\$ 2,2 bilhões serão destinados às RPVs devidas a 132.054 beneficiários que ganharam 101.684 processos, e serão R\$ 25 bilhões para os precatórios previdenciários.

O valor total dos precatórios é de R\$ 93,14 bi, segundo o Tesouro Nacional, dos quais R\$ 88 bilhões vão para o CJF (Conselho da Justiça Federal).

Os precatórios do **INSS** -e de demais credores da União- estavam atrasados por conta das emendas constitucionais 113 e 114 , editadas pela administração passada para ter dinheiro e bancar o Auxílio Brasil de R\$ 600 em ano eleitoral.

A liberação dos valores ocorre após o STF (Supremo Tribunal Federal) atender pedido da União para regularizar o estoque da dívida . O dinheiro sai dos cofres do governo federal e vai para o CJF, que distribui aos TRFs (Tribunal Regional Federal).

A previsão é que o montante seja depositado na conta dos credores até o final desta semana. Com isso, deve estar disponível para saque em janeiro de 2024. A data exata, porém, depende do cronograma de cada TRF responsável pelo processo.

No TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), onde tramitam processos de segurados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, os pagamentos feitos pelo CJF em "estão em fase de atualização nos sistemas/internet, para posterior comunicação aos juízos", informou o órgão nesta terça-feira (26).

"O processamento deve ser finalizado até sexta-feira

(29/12), de forma que, a partir do dia 2 de janeiro, provavelmente, os valores estarão disponíveis", diz o tribunal.

A diferença entre RPV e precatório é o valor da causa. Atrasados que somam até 60 salários mínimos, o que dá R\$ 79,2 mil neste ano, são pagos em até dois meses após a liberação dos valores pelo juiz. Em média, por mês, são liberados valores entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões para pagar segurados do **INSS**.

Os precatórios são atrasados acima de 60 salários mínimos. Neste caso, o pagamento é feito apenas uma vez no ano. Em 2023, o dinheiro já foi liberado. Agora, o que será quitado é o valor não pago anteriormente.

A consulta ao precatório ou RPV é feita com o advogado da causa ou pelo site do TRF responsável pelo processo. É possível consultar pelo número do CPF do credor, pelo registro do advogado na OAB ou pelo número do processo judicial.

Para saber se o atrasado é um precatório ou uma RPV, é preciso conferir, no campo "Procedimento", o que está escrito. Se aparecer PRC, significa que a dívida supera 60 salários mínimos e é um precatório. Caso esteja escrito RPV, trata-se de um atrasado de até 60 salários.

Além disso, a dívida precisa ter sido transitada em julgado, em seja, não haver nenhuma possibilidade de recurso.

Neste mês, estão sendo quitadas as RPVs autuadas em novembro. Isso significa que foi em algum dia do mês de novembro que o juiz da causa deu a ordem de pagamento para liberar o valor e acabar de vez com a dívida.

O pagamento depende da data em que os tribunais federais receberão o dinheiro vindo do CJF e da abertura de contas, etapa chamada de processamento, que pode durar até uma semana. Quando o processamento acaba, o crédito é feito em um banco público no nome do favorecido, seja o segurado ou seu advogado. Pode ser na Caixa

Econômica Federal ou no Banco do Brasil.

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/justica-libera-r-27-bilhoes-em-precatorios-a-aposentados-do-inss-veja-quem-recebe.shtml>

Escolhas de Lula geram ineficiência do governo petista no Parlamento

CARLOS PEREIRA

A aprovação da reforma tributária, que, de acordo com o Banco Mundial, é extremamente difícil em qualquer país democrático do mundo, jogou definitivamente por terra interpretações de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estaria "diante de um Congresso hostil e indócil, que praticamente inviabilizaria a sua governabilidade".

Destruiu também interpretações de que o presidencialismo de coalizão seria disfuncional ou que estaríamos sob uma espécie de semipresidencialismo informal, em que o presidente enfraquecido é refém indefeso do um Legislativo dominado por um Centrão guloso e sem limites.

Na realidade, não apenas a reforma tributária, mas as aprovações da PEC da Transição, do Marco Fiscal, e das indicações de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal e de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República, demonstraram, mais uma vez, a força institucional do presidencialismo multipartidário.

Embora os custos de gerência de coalizão de Lula estejam mais altos em termos de emendas parlamentares do que no governo Bolsonaro - que montou coalizão minoritária de sobrevivência - e a sua taxa de sucesso no Legislativo seja a pior em 33 anos, a governabilidade está preservada. Não há paralisia decisória nem crises abertas entre Poderes, mas disputas virtuosas dentro dos limites institucionais.

O alto custo de governabilidade e o relativo baixo desempenho legislativo (especialmente a reduzida aprovação de Medidas Provisórias e de Projetos de Lei ordinários) não podem ser atribuídos a um suposto Congresso adversarial ou "indócil" nem tampouco ao enfraquecimento do Executivo, mas aos inúmeros erros de gerência de coalizão cometidos sistematicamente pelo próprio governo.

COALIZÃO. Algumas das restrições políticas para gerência de coalizão foram atenuadas no terceiro mandato de Lula. A fragmentação partidária diminuiu, voltando ao patamar de nove partidos efetivos da era FHC; as bancadas dos principais partidos aumentaram; a composição ideológica do Legislativo não é mais conservadora; a coesão partidária segue

altíssima; a super coalizão do presidente é amplamente majoritária; a oposição é francamente minoritária. Ou seja, o inferno não são os outros!

Lula preferiu apoiar as candidaturas à reeleição de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco para as presidências da Câmara e do Senado, respectivamente. Com isso, perdeu a oportunidade de ter nesses postos-chave, que controlam a agenda do Congresso, líderes mais próximos de sua preferência.

Tinha condições de montar maiorias estáveis se sinalizasse para seus potenciais parceiros que compartilharia poder e recursos proporcionalmente ao peso político de cada aliado no Legislativo, como fizeram FHC e **Temer**. Mas ao contrário, reproduziu o velho modelo de monopolização de ministérios, cargos na burocracia e recursos orçamentários no próprio PT, como tem sido a tradição do partido.

EMENDAS. Também preferiu não enfrentar problemas causados pela impositividade das emendas individuais e coletivas criados pelos governos Dilma e Bolsonaro. Escolheu reproduzir a sua versão de "orçamento secreto", via emendas Pix, traindo inclusive seus eleitores, que esperavam mais transparência no jogo entre o Executivo e o Legislativo, como prometido em campanha.

Montou coalizão gigante, com 16 partidos extremamente heterogêneos ideologicamente e sem uma agenda que os unificasse ou que servisse de guia para a atuação de parceiros. Tal perfil tem gerado custos de coordenação e dificuldades governativas.

As escolhas de Lula, e não a hostilidade do Legislativo, é que têm acarretado a ineficiência de seu governo no Congresso.

Diante de um Executivo constitucionalmente poderoso como o brasileiro, quando algo não funciona bem com o Legislativo, a responsabilidade é do presidente. As razões da desordem, portanto, estão em casa!

Velho modelo

Lula monopoliza poder em ministérios e na distribuição de cargos na burocracia estatal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Municípios vão entrar no ano eleitoral com rombo em contas

EDUARDO RODRIGUES FERNANDA TRISOTTO

Grande parte das prefeituras brasileiras vai entrar em 2024, ano eleitoral, no vermelho.

Com rombos crescentes nas contas municipais, muitos prefeitos podem até mesmo desistir da reeleição e quase todos deixarão para seus sucessores dívidas e demandas da população não atendidas nos atuais mandatos.

Segundo dados do Banco Central, enquanto os Estados registraram um superávit primário de R\$ 7,241 bilhões nos 12 meses até outubro deste ano, os municípios acumulam um rombo de R\$ 10,936 bilhões no mesmo período. Ainda que exista enormes diferenças entre as administrações municipais, os números consolidados mostram que muitas prefeituras terão dificuldades para manter investimentos em 2024 - ano que tem uma execução limitada até a metade do exercício, em virtude das regras de campanha e do calendário eleitoral.

O gestor do Observatório de Informações Municipais, François de Bremaeker, destaca que a crise recente dos municípios não decorre de apenas uma causa, mas, sim, de uma "tempestade perfeita" nas contas das prefeituras, com o aumento de despesas com saúde e educação no pós-pandemia e a perda de recursos com transferências da União e repasses de parte do ICMS estadual.

"É um conjunto de fatores.

Na pandemia, os municípios foram muito demandados em educação e saúde e, diferentemente das empresas privadas, não puderam reduzir salários temporariamente. No pós-pandemia, as prefeituras precisaram atender a uma demanda reprimida muito grande por consultas e cirurgias eletivas.

Para piorar, as cidades perderam um pouco de dinheiro com o ICMS, quando houve redução da cobrança sobre combustíveis.

Quando o ICMS pega um resfriado, os municípios pegam uma pneumonia", compara Bremaeker.

Em menor medida, também houve o retorno de reajustes para os servidores municipais após o fim da

proibição que vigorou entre 2020 e 2022.

O assessor econômico da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Kleber Castro, reconhece as dificuldades fiscais das cidades, mas diz que o quadro seria menos "dramático" do que o indicado pelos números do BC. Ele vê indícios de que as receitas municipais podem ganhar fôlego em 2024. "O governo federal tem proposto e aprovado projetos para melhorar a arrecadação, sobretudo do Imposto de Renda, que ajuda a abastecer o FPM (Fundo de Participação dos Municípios)", diz. "Além disso, no âmbito da **reforma tributária** há a expectativa de que os Estados aumentem alíquotas de ICMS para garantir uma alíquota de referência maior no período de transição."

Reação

Frente de prefeitos aposta em medidas arrecadatórias do governo para receber mais repasses

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso assume protagonismo na agenda nacional (Editorial)

Tem sido notável o protagonismo do Congresso na condução da agenda nacional ao longo dos últimos anos, sobretudo no campo econômico. Se outrora todos olhavam para o Executivo como força condutora das transformações, esse papel foi progressivamente partilhado com um Legislativo cioso de seu compromisso com o país. O movimento começou no governo Michel **Temer**, com destaque para a reforma trabalhista, se consolidou na gestão Jair Bolsonaro, com a reforma da Previdência, e alcançou um marco simbólico na promulgação da **reforma tributária**, que reuniu os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

A aprovação, um dos atos derradeiros em meio ao esforço de fim de ano, é a maior evidência de como o Legislativo não tem evitado encarar temas difíceis e promover reformas necessárias. A tributária vinha sendo discutida havia quase quatro décadas sem que se chegasse a consenso. É verdade que o texto aprovado não é perfeito e que ainda há um longo caminho para regulamentar tudo. Mas o país enfim conseguiu encontrar um rumo para modernizar o caótico sistema tributário que penaliza empresas, atormenta contribuintes e degrada o ambiente de negócios.

O feito é singular também porque o Parlamento se uniu em torno de um objetivo comum, fato raro nestes tempos de polarização. Deputados e senadores souberam pôr os interesses do país acima das diferenças ideológicas. Não faltará quem reivindique para si o sucesso da empreitada, que certamente teria sido impossível sem a determinação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mas o papel de Lira, de Pacheco e dos demais congressistas foi fundamental. Não há como deixar de reconhecer o esforço coletivo necessário para promover uma mudança que vinha amadurecendo havia anos - mas todos os governos anteriores haviam preferido deixar para depois.

A **reforma tributária** não foi o único episódio recente em que os parlamentares agiram com espírito republicano, sintonizados com os anseios do país. O Parlamento soube conter os exageros que a própria bancada governista queria instaurar no novo arcabouço fiscal defendido por Haddad e, novamente alinhado com o Ministério da Fazenda, aprovou uma

regra que - ainda que inferior ao teto de gastos - foi recebida com alívio pelo mercado, como sinal de compromisso com o controle da dívida pública. Ainda nesse capítulo, o Congresso tratou de aprovar em seu esforço de fim de ano uma série de medidas que a Fazenda julga necessárias para cumprir a meta de zerar o déficit fiscal no ano que vem. Vale registrar, ainda, a aprovação do projeto que regulamenta as apostas esportivas e os jogos on-line no país, com que a Fazenda estima arrecadar cerca de R\$ 2 bilhões em 2024.

O Legislativo também se encarregou de desarmar iniciativas do governo Lula que trariam danos evidentes à economia. Na tentativa de beneficiar concessionárias estaduais, o Executivo tentou mudar trechos do Novo Marco do Saneamento Básico aprovado no Congresso, importante conquista da sociedade para alcançar as metas de universalização dos serviços até 2033. Teve de voltar atrás ao vislumbrar iminente derrota no Senado, onde se articulava um projeto de decreto legislativo para anular os efeitos da mudança. Em dezembro, os parlamentares derrubaram o veto de Lula ao projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia que mais empregam, evitando pôr em risco emprego e renda, num momento em que o país colhe avanços em ambos.

A diligência do Legislativo não está, contudo, à prova de críticas. Também houve momentos em que o Congresso preferiu privilegiar interesses paroquiais ou ceder a grupos de pressão. Nenhum exemplo é mais eloquente que a aprovação de um Orçamento para 2024 repleto de distorções. A começar pelo valor recorde para emendas parlamentares (R\$ 53 bilhões) e pela definição de regras que obrigam o pagamento de acordo com o interesse eleitoral dos congressistas. As emendas privilegiam critérios políticos em detrimento dos técnicos, deterioram a qualidade do gasto e das políticas públicas. Para piorar, os senadores e deputados ainda inflaram o fundo eleitoral de 2024 para quase R\$ 5 bilhões, o dobro do valor de 2020 (R\$ 2,5 bilhões em valores corrigidos) e o quintuple do estipulado pelo governo (R\$ 939 milhões).

A pauta ambiental tem sido outra fonte de frustração no Legislativo. Os parlamentares parecem ter pouca consciência da relevância da preservação das

florestas e da urgência na redução das emissões dos gases de efeito estufa. Só isso explica que, na semana passada, a Câmara tenha introduzido, no projeto que regulamenta o mercado de carbono no Brasil, mudanças que obrigam o Senado a reexaminá-lo, retardando sua implementação. Teria sido mais produtivo aprová-lo, ainda que com imperfeições, para acelerar a cultura da negociação de créditos de carbono, essencial para o Brasil cumprir as metas do Acordo de Paris.

Tudo somado, é positivo o saldo do Congresso em 2023. Não só em termos de produtividade -o volume de trabalho neste segundo semestre impressiona -, mas também pela relevância das propostas aprovadas. A agenda econômica, vitrine desse esforço, revela que, mesmo nos projetos mais complexos, é possível alcançar um consenso democrático. Fica claro que, a despeito da polarização política, o Brasil avança em temas prioritários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Triste captura do Estado pela elite (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Um erro fatal na análise fiscal é a ausência de foco no desperdício gerado pela concessão de excessivas vantagens para grupos de interesse tanto do setor público como privado. Não há como esperar uma sólida consolidação fiscal sem que a sociedade ajuste o desequilíbrio no uso dos recursos públicos. Será igualmente impossível, sem a redução desses privilégios, garantir uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e um sistema tributário menos regressivo. A população, porém, não tem, por ora, essa demanda, o que desestimula a revisão dos excessos por parte dos representantes da sociedade.

A população vê o Estado como um provedor universal de bem-estar e serviços, não havendo, portanto, resistência contra a oferta de benefícios para grupos específicos. Até a camada mais rica clama por mais serviços com melhor atendimento para si, desconsiderando que não é possível obter essas benesses sem trazer custos para os demais membros da sociedade. O desejo não é o de controlar as vantagens dos outros e, sim, ampliar os seus direitos. Assim, essa abordagem justifica o crescimento contínuo das distorções nas contas públicas.

A dinâmica é clara quando se analisa as demandas do serviço público e de grupos privados. A busca é sempre a mesma: capturar benefícios já obtidos por outras classes, bem como garantir novos direitos vistos como merecidos e vendidos enganosamente como estímulos à atividade ou à conservação e criação de empregos. Esse processo termina na oferta de privilégios para poucos em detrimento do bem-estar da maioria da população, que é incapaz de coordenar uma ação refratária à captura do Estado.

A contínua obtenção nos últimos anos de vantagens por algumas carreiras do funcionalismo público, tanto no âmbito federal como regional e notadamente no Judiciário, é um dos exemplos desse processo. O ano de 2023 foi marcado por muitas decisões de instâncias superiores do Judiciário e do Ministério Público a favor da concessão para parte de seus servidores de benefícios - ajuda de custo, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio escola, prêmios por produtividade, indenizações por férias não gozadas, gratificações por exercício cumulativo ejetons - que não são sujeitos a limites legais para os salários mensais. O impacto nas

contas públicas dessas medidas é pouco visível, mas é perverso para a sociedade.

Os representantes da elite dessas categorias criam teses, julgadas pertinentes por seus órgãos, para gerar pagamentos extraordinários todos os anos para seus servidores. Um absurdo recente foi a concessão por um tribunal de justiça estadual de auxílio-alimentação especial de R\$ 6,9 mil em dezembro para todos os seus funcionários, com aumento do benefício mensal para RS 1,9 mil a partir de janeiro.

A conquista de direitos questionáveis se propaga em várias frentes. O STF julgou favoravelmente o pleito de pagamento retroativo de quinquênios extintos em 2006 a juizes federais que ingressaram no serviço público antes dessa data, gerando despesas da ordem de RS 1 bilhão. Caso a decisão não seja derrubada, outras carreiras que tinham direito a esses quinquênios conquistarão, mais cedo ou mais tarde, o mesmo benefício, gerando um passivo expressivo.

Também é chocante a recente decisão de premiar suposta carga de trabalho excessiva de algumas categorias do Judiciário com uma folga de um dia para cada três dias do mês e a autorização para que esse prêmio seja convertido em remuneração adicional não tributável. Se esse privilégio for mantido, com provável que outras categorias do funcionalismo, inclusive de outros Poderes, demandem e obtenham a mesma vantagem nos próximos anos, com custos ainda mais elevados.

A inexistência de crítica por participantes de mercado a esses privilégios é a norma geral, inclusive no âmbito do orçamento anual. A peça de 2024 voltou a aumentar os recursos para os diversos tipos de emendas parlamentares. Além dos cerca de R\$ 53 bilhões dessas emendas, o fundo partidário e o fundo eleitoral fazem com que o montante de verbas sob controle de políticos alcance quase R\$ 60 bilhões no próximo ano - total supera 0,5% do PIB e é maior do que os investimentos do PAC. Como parte crescente dessas emendas tem obtido caráter obrigatório e prazo máximo de desembolso definido, não há como garantir o direcionamento e o monitoramento eficiente dos recursos e, muito menos, o enquadramento das transferências em programas bem avaliados. No fim, grande parte das emendas tem impacto nulo para melhoria das condições de vida da população, com parcela relevante sendo sujeita a superfaturamento e à malversação dos recursos.

A recente aprovação da **Reforma Tributária** confirmou a captura do Estado pela elite sem que tenha ocorrido uma reação mais contundente da sociedade. Como consequência, a reforma exigirá elevada alíquota padrão por conta das danosas exceções concedidas para poderosos grupos de interesse.

Do mesmo modo, o volume de privilégios fiscais tem crescido todo ano, apesar de seguidas gestões do Ministério da Fazenda manifestarem contrariedade com sua evolução. A sociedade é pouco vocal contra o desperdício de verbas e a concessão de inúmeras renúncias tributárias, refletindo uma aparente fantasia de que os recursos públicos são ilimitados.

A concessão de privilégios sem grande oposição é uma importante razão dos problemas fiscais, sendo um dos fatores que induzem a gradual diminuição do crescimento do produto potencial. Enquanto os participantes de mercado não se manifestarem fortemente contra os excessivos privilégios fiscais concedidos à elite, não será possível dirimir dúvidas sobre a solidez das contas públicas.

Nesse caso, a população, notadamente os mais pobres, continuará a conviver com **impostos** altos e com a captação crescente de fundos privados a juros altos para financiamento da dívida pública de forma a preservar as enormes e injustificáveis vantagens de uma minoria de privilegiados.

A concessão de privilégios sem grande oposição é uma importante razão dos problemas fiscais

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Triste captura do Estado pela elite

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Vitória do ano é volta à normalidade, diz Haddad (Artigo)

Lu Aiko Otta

"Estou precisando cortar o cabelo", brincou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na manhã da última sexta-feira. Foi uma forma de expressar como havia sido intensa a rotina dos dias anteriores, no esforço de aprovar propostas até o último minuto antes do início do recesso do Legislativo.

O ministro da Fazenda estimou que, naquela semana, havia telefonado para "uns 40" senadores para explicar a Medida Provisória (MP) 1.185, a das subvenções, com a qual pretende reforçar o caixa em R\$ 35 bilhões no ano que vem. São recursos decisivos para o objetivo de alcançar o déficit zero nas contas públicas em 2024.

Depois que a medida provisória foi aprovada, na quarta-feira (20), alguns especialistas refizeram suas projeções para o resultado fiscal do ano que vem, comentou e repetiu Haddad com uma ponta de satisfação. Não contavam que passaria.

A negociação da MP foi tão difícil que não deixou tempo para celebrar a promulgação da **reforma tributária**, possivelmente o maior feito econômico deste mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Logo após a cerimônia, Haddad e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), saíram às pressas para se reunir. Pouco depois, o ministro estava no plenário do Senado ajudando nas articulações finais.

Havia discussões sobre pontos técnicos, mas um negociador que trabalhou contra a MP comentava que a motivação para a resistência era outra: senadores queriam a liberação de mais recursos de suas emendas ao Orçamento.

A aprovação da MP 1.185, por difícil e importante que tenha sido, não é o principal saldo do ano, na visão do ministro.

Para ele, a grande vitória de 2023 é o avanço do país rumo à normalidade institucional. Mais do que a longa lista de propostas aprovadas no Congresso, que buscam modernizar a economia, ele considera que a marca deste ano foi a reconstrução de pontes. "Termino o ano olhando para trás e dizendo: poxa vida, nós avançamos."

Nunca será demais lembrar que na véspera do Natal de 2022 um apoiador do então presidente Jair Bolsonaro tentou explodir um caminhão de combustível nas proximidades do aeroporto de Brasília. Outros integrantes do grupo tentaram derrubar torres de transmissão de energia. No dia 8 de janeiro, invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal.

Houve o risco de Lula "não levar" a Presidência da República, comentou o ministro. Hoje, porém, o Brasil é "um país normal".

As pontes criadas com o Legislativo abriram caminho para a aprovação das **reforma tributária**, do arcabouço fiscal e de outras propostas. Com o Judiciário, foi possível desatar nós bilionários.

A pacificação ocorreu também na relação com o Banco Central, que começou o ano tensionada.

Roberto Campos Neto, que em fevereiro foi chamado por Lula de "esse cidadão", chegou ao fim de dezembro comendo churrasco na Granja do Torto, integrado aos demais convidados, segundo relatos colhidos pelo repórter Renan Truffi, deste jornal.

"Herdamos uma institucionalidade desafiadora", comentou Haddad, referindo-se ao fato de o atual presidente do Banco Central, escolhido pelo governo anterior, ter mandato até o fim de 2024. Na sua visão, o relacionamento evoluiu porque houve diálogo respeitoso e os argumentos do Ministério da Fazenda puderam sensibilizar a diretoria da autoridade monetária.

"Não significa convergência de perspectivas teóricas", ressaltou. "Talvez a gente se mantenha diferente."

Por exemplo: o ministro pontuou na sexta-feira que o único indicador negativo da economia ao final de 2023 é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O investimento privado seguiu negativamente influenciado pelos juros elevados. A Fazenda era de opinião que os cortes na taxa Selic podiam ter começado em junho, logo após a aprovação do arcabouço pela Câmara, e não em agosto.

Por outro lado, dizer que os cortes na Selic poderiam

ter começado há mais tempo não é crítica à autonomia do Banco Central, disse Haddad. Da mesma forma, os alertas do Comitê de Política Monetária (Copom) quanto à necessidade de avançar no ajuste fiscal não são ataque direto a ele.

A relação do Executivo com o Congresso, por sua vez, vive um "novo normal", comentou o ministro. Ele avaliou que a aprovação de sua pauta ocorreu com base em explicações e bons argumentos. Reconheceu, porém, que foi necessário fazer concessões.

Não é questão de dizer se é bom ou ruim, mas uma realidade com a qual será necessário lidar "com sensibilidade", comentou.

Um sinal do crescimento do poder do Congresso é o volume recorde de R\$ 53 bilhões destinados a emendas de parlamentares ao Orçamento. A margem de manobra do Executivo é cada vez menor.

Tal como ocorreu neste ano, não serão poucos os desafios a serem enfrentados por Haddad e sua equipe em 2024. Sobretudo, será necessário reafirmar o compromisso do governo com o arcabouço fiscal e prosseguir com reformas. O fato de esses debates ocorrerem em um ambiente democrático e institucional é algo a ser celebrado.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/vitoria-do-ano-e-volta-a-normalidade-diz-haddad.ghtml>

Entenda por que 2024 é tão importante para programar heranças e doações

Por *Marta Watanabe - De São Paulo*

A **reforma tributária** deve incluir em muitas resoluções de Ano-Novo a definição da estratégia sucessória e de administração patrimonial. Embora focada no consumo, a **reforma tributária** recém-promulgada trouxe mudanças importantes que ampliam ou facilitam a elevação de **impostos** cobrados sobre heranças, doações, propriedade de imóveis e veículos.

As alterações estão na Emenda Constitucional 132/2023, mas precisam ser alvo de propostas de lei estaduais ou municipais, conforme o imposto, que deverão ser debatidas no decorrer de 2024. Como as mudanças estão sujeitas aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal - ou seja, só valem no ano seguinte ao da sua aprovação, com prazo mínimo de 90 dias -, o ano de 2024 pode ser o último ainda para ser aproveitado com as regras anteriores à reforma. E isso, apontam especialistas, deve ser considerado na definição ou revisão de estratégias de sucessão e gestão de patrimônio.

O advogado Mauro Takahashi Mori, sócio do Machado Associados, chama atenção para o ITCMD ou ITMD, conforme denominação de cada Estado, cobrado sobre herança e doações. Ele lembra que, apesar de a progressividade para o imposto já ser adotada em vários Estados, alguns locais usam apenas uma alíquota fixa.

"Estados grandes como São Paulo e Minas Gerais têm alíquota fixa de 4% e 5%, respectivamente. Agora todos os Estados terão que adotar a progressividade, obrigatoriamente, o que pode impactar o planejamento sucessório." Hoje a alíquota máxima do ITCMD, explica, é de 8%, estabelecida por resolução do Senado. Já há projeto para elevar a alíquota para 16%, lembra.

Espera-se que os Estados que ainda não estabelecem a progressividade do ITCMD encaminhem seus projetos de lei às respectivas casas legislativas no decorrer de 2024, diz Mori. Sendo aprovadas, as novas leis passam a valer a partir de 2025 e devem respeitar também a anterioridade de 90 dias. No texto final da EC 132/23, ressalta Mori, a novidade em relação a texto anterior, da PEC 45/19, é que as alíquotas progressivas serão calculadas com base no

valor do quinhão, do legado ou da doação, e não do valor total envolvido, o que pode amenizar a tributação.

Outro aspecto que os Estados podem aproveitar é a possibilidade que a emenda abriu para cobrar o ITCMD sobre bens móveis, tanto no Brasil como no exterior. Mori lembra que os alguns Estados já tentaram fazer a cobrança de ITCMD sobre bens móveis com base em disposição da redação anterior da Constituição Federal, mas o Supremo Tribunal Federal decidiu que isso não poderia ser feito até que o tema fosse regulado por lei complementar.

A emenda da reforma muda esse cenário ao estabelecer competências aos Estados para cobrar o ITCMD sobre bens móveis até que venha lei complementar sobre o assunto. Para bens móveis no exterior, mostra levantamento do Machado Associados, no caso de falecido residente no Brasil, o imposto é devido ao Estado onde o falecido era domiciliado. Nas situações em que o falecido residia no exterior, o ITCMD é devido ao Estado onde reside o herdeiro ou legatário.

Para o economista e tributarista Eduardo Fleury, sócio do FCR Law, as mudanças são um primeiro passo ao maior aperfeiçoamento da tributação de heranças e doações. As mudanças, avalia, devem suscitar o aumento da busca por planejamento patrimonial e sucessório.

A tributação na herança tende a andar junto com a da doação, explica Fleury, para evitar que se burle o pagamento do imposto quando o dono do patrimônio morre. Desde a Constituição Federal de 1988, diz Fleury, os Estados atuam mais na cobrança do ITCMD sobre heranças, mas sempre houve mais dificuldade de arrecadação sobre as doações, por falta de mecanismos de controle. Isso, explica, mudou no decorrer dos anos. Hoje, diz, isso ficou mais viável em razão do aumento da base das declarações de IR e do cruzamento de dados entre a **Receita Federal** e os órgãos fazendários estaduais.

Nos EUA, diz ele, a legislação sobre heranças e doações é complexa. Há várias regras para impedir que se burle o imposto. Ele exemplifica com o "skipping generation tax", que impede que se tente pular uma geração no pagamento do imposto sobre

herança quando alguém faz doação diretamente ao neto, exemplifica. Isso, diz Fleury, mostra como a legislação federal brasileira e a dos governos estaduais ainda podem evoluir bastante nesse campo, mas as mudanças da reforma já são um começo.

A EC 132/23 também trouxe mudanças em outro tributo cobrado pelos Estados: o IPVA, sobre a propriedade de veículos automotores. Antes da reforma, a cobrança desse tributo era restrita aos veículos terrestres. A emenda ampliou a cobrança para veículos aquáticos e aéreos, embora com exceções. Outra mudança é que as alíquotas do imposto também devem passar a considerar o impacto ambiental dos veículos.

No âmbito dos municípios, a emenda também inovou no IPTU, cobrado sobre propriedade de imóveis urbanos. Antes da reforma, a alteração da base de cálculo do imposto dependia de lei municipal. Com a emenda, o Poder Executivo poderá determinar a atualização dessa base de cálculo, desde que siga critérios definidos em lei municipal. As prefeituras, explica Mori, precisarão de lei aprovada nas respectivas casas legislativas estabelecendo os critérios para cálculo da planta de valores. Com base nisso o Executivo poderá fazer as atualizações por decreto. "Isso irá dar maior autonomia e celeridade aos prefeitos para aumentar a arrecadação de IPTU", diz Mori.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/27/entenda-por-que-2024-e-tao-importante-para-programar-herancas-e-doacoes.ghtml>

Para especialistas, forte dependência de repasses agrava quadro fiscal

EDUARDO RODRIGUES FERNANDA TRISOTTO

Especialistas em contas públicas afirmam que um dos fatores para a crise atual de caixa das prefeituras é a forte dependência dos municípios de transferências da União e dos Estados. "É interessante decompor esse resultado do que é deterioração das receitas próprias e do que são coisas alheias aos esforços das prefeituras, que são as receitas de transferência de resultados da União e Estados. Tendo a achar que tem uma influência forte das transferências", afirma a economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado.

Ela lembra da queda de arrecadação federal como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que vem sendo observada ao longo deste ano, e da redução linear do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses **tributos** fazem parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e repercutem nas contas municipais.

Da parte dos Estados, a queda das receitas do ICMS, reflexo das mudanças na alíquota-padrão do tributo promovidas durante o governo Bolsonaro, também implicam volumes menores de repasse.

Vilma destaca ainda que, assim como os governos federal e estaduais retomaram reajustes e concursos, os municípios também o fizeram. E, se a atividade econômica em 2023 não está desfavorável, para 2024 ela inspira um olhar mais cauteloso, já que é esperada uma desaceleração da economia.

"Tem também a questão dos oito últimos meses do ano, em que não se pode fazer gastos que não tenham suficiência de caixa, que são as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal por conta de ano eleitoral", aponta.

DESPESAS. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoskix afirma que a elevação das despesas, por sua vez, também estaria ocorrendo à revelia das prefeituras, citando decisões aprovadas em outras esferas de governo que têm provocado impacto nos cofres das prefeituras.

Ele cita, como exemplo, os pisos para magistério e enfermagem, que pressionam as contas municipais, e também a determinação de que crianças de até 3 anos

deverão frequentar creches.

Sem entrar no mérito das medidas, ele diz que isso acaba agravando o quadro fiscal. "Nossas contas não estão fechando há muito tempo. Lutamos por dez anos para fazer uma emenda constitucional que diz que a União não pode criar despesas novas para o município sem indicar fonte de receita", diz Ziulkoskix.

"No hay plata."

"Nossas contas não estão fechando há muito tempo. Lutamos por dez anos para fazer uma emenda constitucional que diz que a União não pode criar despesas novas para o município sem indicar fonte de receita"

Paulo Ziulkoskix Presidente da Confederação Nacional dos Municípios

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad confirma reoneração do diesel a partir de janeiro

MARLLA SABINO e F.T./BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou ontem a reoneração de **tributos** federais sobre o diesel a partir de janeiro.

Ele disse, porém, que não haveria motivos para aumento de preços para o consumidor, já que a Petrobras tem reduzido nos últimos meses os valores que cobra para vender seu produto às distribuidoras.

Ontem mesmo, a estatal anunciou a segunda redução no mês - desta vez, de 7,9%, ou R\$ 0,30 por litro, no preço do diesel A vendido em suas refinarias.

Com isso, o preço para as distribuidoras do combustível vai cair para R\$ 3,48 por litro.

No ano, informou a estatal, a variação no valor de venda do seu diesel A acumula um corte de 22,5%, o equivalente a R\$ 1,01 por litro.

"A partir do dia 1.º de janeiro, se comparar o preço do diesel com o do dia 1.º dezembro de 2023, você tem uma queda do preço da Petrobras mesmo com a reoneração. Não tem razões para aumentar, tem razões para diminuir", disse Haddad, que discutiu o assunto com o ministro da Indústria e Comércio e vice-presidente, Geraldo Alckmin. "Essa reoneração vai ser feita, mas o impacto da reoneração é de pouco mais de R\$ 0,30, e o impacto da redução do preço (para o consumidor) já anunciado pela Petrobras no mês de dezembro é de mais de 50%." Os **tributos** sobre gasolina e diesel foram zerados pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro em 2022, ano em que tentou a reeleição, como forma de tentar amenizar o impacto da alta das cotações internacionais do petróleo depois da invasão da Ucrânia pela Rússia. Na virada do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prorrogou a desoneração apesar da resistência de Haddad, que defendia a execução de medidas para aumentar a arrecadação.

DESONERAÇÃO. Haddad repetiu que ainda nesta semana deve apresentar um conjunto de propostas alternativas à desoneração da folha de pagamento, incluindo a edição de uma medida provisória. Ele não deu detalhes sobre o que está sendo discutido pelo governo.

"Eu não posso anunciar uma coisa da Fazenda sem passar pelos trâmites competentes.

Tenho de aguardar uma validação da Casa Civil, o que deve acontecer nas próximas horas", reforçou.

Questionado se o governo ainda pode recorrer ao STF contra a desoneração, respondeu que as novas medidas vão "sanar o vício". A articulação da Fazenda acontece após o Congresso ter derrubado veto do presidente Lula ao corte de **impostos**.

Sem aumento

Haddad diz que cortes feitos pela Petrobras vão ajudar a amortecer impactos nos preços

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA

Haddad confirma reoneração do diesel a partir de janeiro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad promete nesta semana medidas de apoio à indústria

Guilherme Pimenta e Estevão Tairar

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o programa de depreciação superacelerada, aguardado por ansiedade pela indústria, será lançado ainda nesta semana. Haddad afirmou ainda que até quinta-feira (28) trará novas medidas para compensar os impactos da desoneração da folha de pagamento dos setores que mais empregam no país, bem como os projetos de lei enviados ao Congresso.

"Temos compromisso com a indústria para permitir que empresários possam abater do Imposto de Renda a depreciação de forma mais acelerada do que a lei permite hoje. Isso fortalece muito a atualização do equipamento", disse Haddad. "Os empresários terão estímulo a mais a adquirir máquinas mais modernas para aumentar a produtividade da economia brasileira", completou o ministro após reunião com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. O encontro foi realizado na sede da pasta comandada por Alckmin.

Conforme mostrou o Valor recentemente, Mdic e Fazenda vêm enfrentando grandes dificuldades para encontrar nesta reta final de 2023 os recursos necessários para o programa.

A depreciação acelerada é um mecanismo que permite que indústrias deduzam, por um período de até 25 anos, investimentos realizados em máquinas e equipamentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O objetivo é modernizar o próprio parque fabril. Conforme divulgado ontem pela Receita, as renúncias do atual modelo de depreciação acelerada de bens de capital somam R\$ 2,06 bilhões até novembro deste ano.

A medida havia sido anunciada em maio pelos titulares de ambas as pastas. A depreciação tem impacto apenas no fluxo das contas das empresas e do governo federal, sem alteração no estoque de **impostos** a ser recolhido, já que toda a quantia é em algum momento recuperada pela União. Em meados de novembro, Alckmin afirmou que o governo federal estava "trabalhando 24 horas para" implantar o novo modelo.

No início de dezembro, por sua vez, o Valor informou que o governo trabalhava com cenário em que o impacto fiscal da depreciação seria de R\$ 7 bilhões. Mas já na ocasião as pastas envolvidas vinham enfrentando grandes dificuldades para encontrar os recursos.

Em carta aberta assinada com 26 federações estaduais e divulgada no fim de novembro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmava que "é urgente que o governo implemente o programa prometido, para evitar riscos maiores em relação à dinâmica do investimento produtivo e ao crescimento econômico".

A entidade citava levantamento próprio que mostrava que "máquinas e equipamentos industriais têm, em média, 14 anos, e 38% deles estão próximos ou já ultrapassaram a idade sinalizada pelo fabricante como ciclo de vida ideal".

Segundo a CNI, a depreciação superacelerada traz impactos positivos crescente sobre Produto Interno Bruto (**PIB**), investimentos, exportações e arrecadação do governo federal ao longo de pelo menos uma década depois de implantada.

Na carta, a CNI ainda lembrava o anúncio feito por Alckmin e Haddad ao reconhecer "os esforços já empreendidos pelo governo". "Mas reforçamos a importância da renovação do parque industrial, que contribuirá para o avanço do desenvolvimento tecnológico e proporcionará um ambiente mais propício para o crescimento sustentável", dizia.

"Empresários terão estímulo a mais para adquirir máquinas mais modernas" Fernando Haddad

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Controvérsias sobre a distribuição de renda no Brasil (Artigo)

Edmar Bacha

Edmar Bacha é economista. As referências bibliográficas sobre os artigos estão no Texto para Discussão 79 no site do IEPE/Casa das Garças, www.iepecdg.com.br

No início dos anos 1970 houve um caloroso debate sobre as causas da concentração da distribuição de renda no Brasil na década de 1960, que inclusive deu origem a minha fábula de 1974 sobre o reino de Belíndia. Simplificando ao extremo, o confronto foi entre autores, especialmente Carlos Langoni, que sustentavam que a concentração se deveu ao comportamento da oferta e da demanda de mão de obra por níveis de educação, e outros autores, Albert Fishlow notadamente, que apontavam para a importância da repressão salarial, especialmente do salário mínimo.

Em resenha sobre o debate, Lauro Campos e José Guilherme Reis sugerem que os argumentos de Langoni e Fishlow seriam antes complementares do que antagônicos. Não obstante, me parece que, na avaliação acadêmica, Langoni levou a melhor. Basta observar o sintomático título de artigo de Francisco Ferreira sobre o debate: "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?". Karl Marx ou Gary Becker?

Ou seja, na avaliação acadêmica Langoni argumentava dentro dos cânones da teoria neoclássica então aceita: o salário real é determinado pela produtividade marginal do trabalho que varia segundo a qualificação (i.e., educação) dos trabalhadores. Portanto, é o comportamento da oferta e da demanda por níveis de qualificação que determina a distribuição da renda salarial. Já os críticos, como Fishlow e este autor, quando ressaltávamos o papel da repressão salarial pelo governo militar, argumentávamos a partir de hipóteses dissociadas da teoria econômica dominante e dos métodos empíricos - derivados da teoria do capital humano e estilizados nas equações de Jacob Mincer de determinação dos rendimentos - então aceitos na literatura.

Atualmente, há um debate similar a respeito da desconcentração da distribuição de renda entre 1996 e

2012. Novamente, estão em pauta a educação e o salário mínimo. Só que - além do ambiente político bem mais tranquilo que os conturbados anos 1970 - o contexto teórico e a análise empírica mudaram. O paradigma dominante sobre o mercado do trabalho deixou de ser o modelo neoclássico, em benefício de modelos como os de busca e acasalamento, que admitem diversas fricções, e nos quais, dentro dos limites **impostos** pela produtividade, os salários reais são determinados por barganhas entre empregados e empregadores ou pelas políticas salariais das empresas.

Importante nesses modelos é o abandono da hipótese da firma representativa e o reconhecimento da heterogeneidade das firmas empregadoras, por vezes com poder monopsônico. Isto abre espaço para um efeito-firma, em princípio independente das características dos empregados, na determinação da distribuição dos rendimentos na economia. Ou seja, trabalhadores idênticos recebem salários diferentes dependendo das firmas em que trabalham. Essa importante qualificação não constava dos debates dos anos 1970, mesmo porque não havia dados que ligassem trabalhadores a firmas.

Nesses modelos contemporâneos, o salário mínimo atua como uma restrição à política salarial das empresas e afeta diretamente a distribuição dos salários em equilíbrio. Em consequência, o debate sobre os papéis relativos da educação e do salário mínimo se dá no âmbito de um mesmo corpo teórico e metodológico, ao contrário do que ocorria na década de 1970.

Na literatura recente, cabe especial menção a artigo de Jorge Alvarez e coautores, sobre as firmas e a queda da desigualdade no Brasil, publicado no *American Economic Journal: Macroeconomics*, em 2018. Este artigo documenta o papel dominante da redução das diferenças entre os salários pagos pelas firmas para a queda na desigualdade no Brasil entre 1996 e 2012.

Por sua vez, no principal artigo da *American Economic Review* de dezembro de 2022, sobre evidências para o Brasil da desigualdade de rendimentos e o salário mínimo, Niklas Engbom e Christian Moser propõem ter sido a elevação do salário mínimo a principal razão para a redução da dispersão dos salários entre as

firmas.

Os resultados de Engbom e Moser são, entretanto, qualificados em recente texto de Daniel Haanwinckel, em vias de publicação na *American Economic Review*. Usando um modelo mais completo e com atenção a mercado locais de mão de obra, Haanwinckel confirma a importância do salário mínimo para a redução da desigualdade, mas também ressalta a importância de mudanças na oferta e na demanda de mão de obra por níveis de qualificação. Ademais, ele argui que, embora o salário mínimo reduza a desigualdade salarial no setor formal, parte dessa redução deriva-se de efeitos de perda de emprego concentrados nos trabalhadores menos qualificados nas regiões mais pobres do país.

O foco desses artigos é o setor formal, pois somente nele é possível, com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), parear trabalhadores com firmas. Análises pertinentes ao setor informal têm que usar os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que não identificam as firmas empregadoras, e assim não podem estimar um efeito-firma. Neste contexto, há dois textos para discussão ainda não publicados que chegam a resultados distintos sobre o efeito do salário mínimo sobre a distribuição de renda.

Em artigo de 2021, Ellora Derenoncourt e coautores apresentam evidências de que os aumentos do salário mínimo foram equalizadores e não deslocaram trabalhadores do setor formal para o informal. Mas em outro texto, cujo versão mais recente é de 2023, Rafael Parente argui que, quando se faz uma análise com diferenciação regional, se observa um significativo aumento da informalidade nas regiões mais pobres em resposta a aumentos do salário mínimo. Esse efeito de deslocamento da mão de obra para o setor informal, em que, segundo os dados do autor, o salário mínimo exerce efeito desqualizador, teria sido forte o suficiente para mais do que compensar seu efeito benéfico sobre a distribuição de salários no setor formal da economia.

Permanecem, assim, questões em aberto, mas a pergunta que me ocorre é qual teria sido o resultado da controvérsia sobre a distribuição de renda na década de 1960 se, ao invés das poucas informações dos Censos de 1960 e 1970 - recordo-me de Mario Henrique Simonsen dizendo que nunca havia visto tanta controvérsia em cima de tão pouca informação estatística -, o debate pudesse ter sido feito, como atualmente se faz, a partir dos abundantes dados da RAIS, da PNAD e da PIA (Pesquisa Industrial Anual), e com os avanços teóricos e metodológicos que a economia do mercado de trabalho experimentou desde então? Sou suspeito para avaliar, mas minha

impressão é que Langoni não mais teria sido considerado pela academia como vencedor daquele debate.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Queda do dólar expõe mais um erro de previsão dos economistas - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

No início do ano, alguns economistas apostaram na disparada da cotação do dólar em 2023, que, segundo eles, poderia se aproximar da casa dos R\$ 6. Pois bem: ontem, a moeda americana encerrou a sessão de negociações em queda de 0,79%, cotada a R\$ 4,82 - trata-se do menor nível desde 2 de agosto. Ao contrário do que disseram aqueles analistas, o real encerrará o ano entre as moedas de melhor desempenho no mundo, o que se deve, sobretudo, à melhora das contas externas e ao saldo positivo recorde na balança comercial brasileira. Como se comportará o dólar em 2024? Os erros grosseiros de prognósticos mostram que previsões desse tipo costumam ser imprecisas. De todo modo, vale dizer que as projeções agora não são nada catastróficas. De acordo com relatório divulgado pelo Banco Central, a moeda americana encerrará o ano que vem em torno de R\$ 5, previsão que está em linha com a análise da maior parte dos especialistas.

Mercado prevê **inflação** e juros menores

No último Boletim Focus - relatório que calcula a média das estimativas de 100 instituições financeiras do país - do ano, o mercado reduziu as suas apostas para a **inflação** e a taxa Selic. A previsão, agora, é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) feche 2023 em 4,46%, e não em 4,49%, conforme projetado anteriormente. Registre-se que o centro da meta de **inflação** anual é de 3,25%, com limite de até 4,75%. Por sua vez, o mercado prevê que a taxa de juros será de 9% ao ano no fim de 2024.

Allos vende shoppings e embolsa R\$ 443 milhões

Empresa nascida da fusão das administradoras de shoppings Aliansce Sonae e BRMalls, a Allos anunciou um pacote de vendas de seis ativos que somam R\$ 443 milhões. A companhia se desfez de suas participações no São Luís Shopping (MA), Carioca Shopping (RJ), Villagio Caxias (RS), Plaza Sul (SP), Estação Curitiba (PR) e Bangu Shopping (RJ). Segundo a Allos, o objetivo é priorizar shoppings que são líderes em suas regiões. Até junho, a administradora possuía 53 empreendimentos no país.

Carrefour fecha lojas em diversos estados

Ano novo, vida nova. Para ser mais rentável no Brasil, o grupo Carrefour acelera a reestruturação de sua operação no país. O ponto de partida do projeto será o fechamento de lojas deficitárias em diversas regiões. Na Bahia e no Ceará, a rede deixará de atuar no segmento de hipermercados, enquanto que em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul o número de unidades deverá ser reduzido. Considerando supermercados e hipermercados, as vendas brutas do Carrefour caíram 15% no terceiro trimestre.

R\$ 120 bilhões

é quanto o mercado brasileiro de ações deverá movimentar em captações nos próximos 18 meses, segundo projeção do banco americano Bank of America. A conta incluiu IPOs (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) e follow-ons (as ofertas de ações de empresas já listadas na bolsa)

A segurança energética é necessária, mas também devemos pensar na transição para uma economia verde. Ambas as coisas devem acontecer"

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, em entrevista para o jornal britânico Financial Times

RAPIDINHAS

» Pela primeira vez desde 2019, os aeroportos brasileiros receberam mais de 100 milhões de viajantes em 2023. De janeiro a novembro, conforme os últimos dados disponíveis, o número chegou a 102,6 milhões - 83,5 milhões de passageiros domésticos e 19,1 milhões internacionais. Os dados são da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

» O mercado de cannabis medicinal passa por forte expansão no Brasil. De janeiro a novembro, as vendas de remédios feitos a partir dessa planta cresceram 140% versus o mesmo período do ano passado, segundo a BRCann, associação de empresas do ramo de cannabis medicinal no Brasil. O setor movimenta R\$ 127 milhões por ano no país.

» Os extremos do clima inflacionaram o preço do azeite de oliva no Brasil. O calor extremo e secas prolongadas na Europa, onde estão os maiores produtores do mundo, afetaram o cultivo de oliveiras.

Em algumas regiões, quase metade da safra foi perdida.

Como resultado, o azeite vendido no Brasil ficou até 80% mais caro em 2023.

» Em novembro, a demanda por seguros de carros no Brasil aumentou 12% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o Índice Neurotech de Demanda por Seguros (INDS), que mede o volume das consultas na plataforma da Neurotech, empresa especializada em inteligência artificial aplicada a seguros e crédito.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/27/all.pdf>

Congresso debate pacote de Milei; governo corta 5 mil servidores públicos

O Congresso argentino iniciou ontem sessões extraordinárias convocadas pelo presidente Javier Milei - que vão até 31 de janeiro - para debater leis complementares a um decreto de desregulação econômica criticado pela oposição e centrais sindicais.

Em paralelo, o governo argentino anunciou ontem que não vai renovar contratos de 5 mil funcionários públicos no próximo ano, que vencem até o dia 31. Os demais, segundo o porta-voz da presidência, Manuel Adorni, entrarão em um processo de revisão de 90 dias.

Depois de formalizada a convocação das sessões extraordinárias, segundo o jornal argentino Clarín, teve início ontem uma tensa negociação no Congresso sobre os projetos enviados pelo governo, que incluem a reforma do Estado, regras eleitorais, entre outros, de um total de 11 iniciativas.

Uma das propostas cuja reversão vai ser debatida é a do imposto de renda, que aumentou o piso da isenção para assalariados e autônomos. A mudança foi aprovada há apenas três meses a partir de uma iniciativa do ex-ministro da Economia Sergio Massa, na época candidato à presidência. Apesar de considerada eleitoreira, ela teve o apoio do próprio Milei, que ainda era deputado.

O *Liberdade Avança*, do libertário, iniciou as conversações com os blocos de oposição tanto na Câmara como no Senado, em busca de apoio às propostas, algumas das quais exigem maioria nas duas Casas.

As iniciativas fazem parte do pacote anunciado no dia 12 e são temas que não podem ser alterados por Decretos de Necessidade e Urgência (DNU), instrumento usado pelo libertário para desregular a economia e equivalente à brasileira Medida Provisória (MP).

As sessões do Congresso foram convocadas na sexta-feira, dois dias depois que o presidente anunciou um DNU, chamado na Argentina de "megadecreto", que modificou ou revogou mais de 300 leis com o objetivo de liberalizar a economia.

A medida foi duramente criticada pela oposição, que acusa o governo de atropelar os poderes e foi alvo de

protestos nas ruas argentinas.

Nenhuma das medidas que integram o DNU foi incluída na agenda das sessões extraordinárias no Congresso.

O conteúdo do DNU assinado na semana passada despertou protestos nas ruas, reações da oposição e a convocação de uma manifestação por centrais sindicais para hoje para pedir à Justiça que o declare inconstitucional.

O decreto foi anunciado como um plano do governo para a redução de gastos do Estado, que tem como meta atingir o equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ele limita o direito de greve, revoga a lei dos aluguéis, elimina normas de proteção aos trabalhadores e ao consumidor frente a aumentos abusivos de preços em uma **inflação** anual que supera 160% e a pobreza 40%, entre outros.

O decreto, contra o qual a Justiça já admitiu uma ação coletiva de organizações civis, deve ser aprovado pelo Congresso.

Ele entrará em vigor na sexta-feira, independentemente de sua análise no Congresso que só pode aprová-lo ou invalidá-lo em sua totalidade, sem modificar seu conteúdo. Depois, se for rejeitado, perde o efeito. Para rejeitá-lo é necessário que tanto a Câmara como o Senado votem contra.

O *Liberdade Avança* tem 40 dos 257 deputados e 7 de 72 senadores, enquanto a oposição tem a primeira minoria em ambas as Casas. As demais forças são três partidos de centro e de direita da coalizão Juntos pela Mudança, que tem a segunda minoria, além de uma pequena representação da esquerda e outras agrupações.

CORTES. Com relação aos cortes no funcionalismo público, o porta-voz da presidência afirmou que a medida afetará todos os funcionários temporários da administração federal e de vários órgãos públicos na Argentina, e que apenas os trabalhadores de empresas e sociedades estatais e corporações não estão incluídos.

O governo também vai revisar a lista dos beneficiários do auxílio social Potencializar Trabalho, que paga metade de um salário mínimo a pessoas em situação de vulnerabilidade.

O governo iniciará uma auditoria de mais de 1 milhão de contratos desse benefício. Ele diz acreditar que 160 mil beneficiários podem estar recebendo o auxílio de forma "irregular".

Executiva

Os Decretos de Necessidade e Urgência anunciados por Milei entram em vigor na sexta

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Estamos empurrando com a barriga o problema fiscal"

JOSÉ FUCS

Luiz Fernando Figueiredo - Presidente do conselho de administração da Jive Investments, empresa de gestão de recursos; foi diretor do Banco Central

O economista Luiz Fernando Figueiredo, exdiretor do Banco Central e presidente do conselho de administração da Jive Investments, diz que a prática do governo em relação às contas públicas "é melhor" do que a narrativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a questão.

"No fim das contas, a gente está empurrando com a barriga uma situação que o País vai ter de enfrentar em algum momento, para tornar o endividamento público sustentável." A seguir, os principais trechos da entrevista: Como o sr. está vendo a situação fiscal do País?

Nós temos um arcabouço fiscal que é falho. Como é baseado no aumento da receita, não serve para muita coisa se a receita esperada não vier, que é bem o que está acontecendo. A receita, como o próprio ministro (Fernando) Haddad admite, está frustrando as expectativas.

Na verdade, o que o arcabouço está nos mostrando é que nós temos um governo que não vai fazer um estouro fiscal despuadorado. Não vai cortar gastos ou dificilmente cortará gastos, mas também não vai explodir a situação fiscal do País.

Essa percepção representa uma mudança em relação à que havia no começo do governo.

O que explica isso?

No início do ano, com as falas do (presidente) Lula sobre o assunto, todo mundo ficou com bastante medo de que haveria um crescimento acelerado da dívida pública, de que o governo iria mandar pau nos gastos, com aquela visão de que "déficit é vida".

Só que, na prática, a atitude do governo não tem sido nessa direção. É verdade que a busca do equilíbrio fiscal tem sido via receita, mas o Haddad está tentando, dentro de suas possibilidades, não deixar a situação fiscal se deteriorar muito. Ele tem poucas alternativas à mão, porque o governo não dá os

instrumentos de que ele precisa para garantir uma gestão fiscal mais eficiente, como a possibilidade de cortar gastos.

Como o sr. avalia a perspectiva de o governo não conseguir cumprir a meta de déficit zero em 2024?

De acordo com as previsões do mercado, o déficit deve ficar entre 0,5% e 1% do **PIB** em 2024.

Só que nós precisamos de um superávit de 1,5% a 2% do **PIB** para estabilizar a dívida pública.

Isso quer dizer que, em algum momento, vamos precisar fazer um ajuste de 2% a 2,5% do **PIB**. Pode ser um ajuste gradual, como o governo está dizendo que vai fazer. O problema é que ele já não está conseguindo entregar muito em função de a receita estar vindo bem abaixo do que se esperava.

Em 2023, o Haddad começou falando que haveria um déficit de 0,5% do **PIB**, que depois passou para 1% do **PIB**. No fim do ano, já se falava em um déficit de quase 2% do **PIB**. Também já começaram a surgir questionamentos sobre o uso da chamada "contabilidade criativa", para maquiagem os resultados das contas públicas.

Como o sr. vê essa questão?

Não estamos deixando de ver a contabilidade criativa. Dito isso, quando o governo exclui uma despesa que era considerada no resultado primário, a gente pode interpretar que ele está querendo cumprir a meta na carteira. Em 2024, o governo fala em déficit zero. O mercado espera R\$ 90 bilhões de déficit.

Nós esperamos alguma coisa entre R\$ 50 bilhões e R\$ 70 bilhões. Ou seja, é um resultado pior do que a meta, mas não é um desastre. Por que nós consideramos um desempenho um pouco melhor do que o mercado?

Porque a nossa projeção de crescimento da economia é maior. Isso gera mais receitas, reduzindo o rombo fiscal. A gente também está um pouco mais otimista em relação ao comportamento das receitas. Mesmo levando em conta que as medidas de aumento de arrecadação não vão render tanto quanto o Haddad calcula, ele conseguiu aprovar várias propostas no

Congresso que terão um efeito positivo nas receitas.

Quer dizer que, na sua opinião, não dá para dizer ainda que o Lula "dilmou"?

A narrativa é muito ruim, mas o esforço real é melhor do que a narrativa. A gente não está indo para o que é preciso, mas também não está deixando a coisa se deteriorar a ponto de mudar o quadro para um cenário muito ruim. Na verdade, no fim das contas, a gente está empurrando com a barriga uma situação que o País vai ter de enfrentar em algum momento, para tornar o endividamento público sustentável.

Alguns economistas estão bem mais pessimistas em relação ao cenário econômico.

O sr. acha que o pessoal do mercado está exagerando?

A verdade é que o Brasil tem performado melhor do que se esperava.

"Ele (o ministro Fernando Haddad) tem poucas alternativas à mão, porque o governo não dá os instrumentos de que ele precisa para garantir uma gestão fiscal mais eficiente"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais coragem para enfrentar os problemas - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Uma forma, ainda que simplista, de avaliar o desempenho da economia em 2023 e o sentimento dos agentes econômicos é analisar o comportamento da taxa de câmbio: o quanto a cotação do dólar se valorizou ou desvalorizou no ano e sua volatilidade ao longo do período.

Em ambos os quesitos variação e volatilidade, a taxa de câmbio surpreendeu, contrariando as expectativas (as minhas, inclusive) de que haveria maior pressão cambial, em meio a muitos altos e baixos em sua trajetória. Vale citar que, ao final de 2022, a expectativa dos analistas (Boletim Focus) para o câmbio em dezembro de 2023 era R\$/US\$ 5,27 e o dólar futuro negociado no mercado financeiro estava acima de R\$ 5,50. São cifras sensivelmente acima da cotação atual, que roda abaixo de R\$ 4,90, ante R\$ 5,28 há um ano.

É verdade que o real exibe volatilidade mais elevada em relação às outras moedas ou mesmo às de países parecidos -a explicação pode estar no ciclo econômico mais acentuado no Brasil e no elevado volume transacionado dentre as moedas de países emergentes, o que torna o real um instrumento para reequilíbrio do risco das carteiras de investidores, em momentos de mudança de cenário. Assim, sua valorização poderia ser fruto apenas da (pequena) desvalorização do dólar no mundo.

O fato é que diante dos riscos vindos da política fiscal, se esperava um comportamento bem diferente da taxa de câmbio.

Vale recordar que, antes da posse, Lula e seus articuladores políticos conseguiram a aprovação da PEC da transição no Congresso, autorizando a forte expansão de gastos em 2023, o que se seguiu com medidas que ampliaram também a rigidez do orçamento, como o aumento do Bolsa Família (não é um gasto obrigatório, mas na prática acaba sendo), o retorno da política de ganhos reais do salário-mínimo pela variação do PI B, e a volta das vinculações dos gastos com saúde e educação à receita. E por se tratar de um governo permeável a pressões para aumento de despesas, isso acaba reforçando o viés gastador do Congresso os legisladores não querem ficar fora da festa.

Além da valorização do real, houve uma redução da sua volatilidade em relação ao padrão passado. Aqui, também, há uma contribuição do quadro externo, pois, de forma geral, o dólar se mostrou menos volátil nos mercados globais em 2023.

Em que pese a contribuição do quadro externo, o real não teria tido o bom comportamento que teve em um ambiente interno turbulento. Por exemplo, em 2020, na pandemia, houve um relevante enfraquecimento do dólar no mundo, ou seja, o fortalecimento das moedas frente ao dólar. Porém, não aqui Brasil, onde a taxa de câmbio sofreu forte depreciação (chegou a ficar perto de R\$ 5,90), possivelmente por conta das falhas na gestão da saúde pelo governo e dos excessos nas políticas de estímulo econômico.

Alguns fatores ajudam a reduzir a percepção de risco do país, como as exportações turbinadas pelos embarques da agropecuária e da indústria extrativa (petróleo e minerais); as surpresas com o crescimento da economia, em parte resultantes do avanço de reformas estruturais; a redução mais rápida da **inflação** em comparação ao mundo, fruto das boas notícias da produção agropecuária e do trabalho do Banco Central; e a continuidade da agenda de reformas, com destaque para a tributária, de implementação do IVA, cujo debate foi aprofundado no governo anterior. Este último ponto tem um grande valor, pois demonstra um amadurecimento paulatino do país, protegendo a agenda econômica do ciclo político.

Há, portanto, boas notícias internamente que permitem ao país se beneficiar do quadro externo.

Valem duas mensagens importantes aqui. Primeiro, as boas surpresas de 2023 tiveram modesta relação com conquistas do atual governo. Há muito a ser entregue para elevar o potencial de crescimento, ambientalmente sustentável, do país e para promover a igualdade de oportunidades. Essas agendas não estão muito claras.

Segundo, o grande nó fiscal pode até não ter machucado o ambiente econômico este ano, até porque seus efeitos colaterais por vezes tardam a aparecer. Mas há custos envolvidos, como os juros mais elevados para trazer a **inflação** para a meta e a

maior vulnerabilidade a choques, especialmente considerando a baixa qualidade do gasto público.

Que em 2024 tenhamos mais coragem para enfrentar nossas fraquezas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsa sobe 0,59% e bate novo recorde, aos 133.592 pontos

LETYCIA CARDOSO

Nishimura, economista e sócio da Nomos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O Ibovespa encerrou o pregão no maior patamar da história ontem, a 133.532 pontos, após ganhar 0,59% com a valorização das commodities no exterior e o otimismo em relação ao controle da **inflação** e a novos cortes de juros mundo afora. O dólar caiu 0,79% e fechou a R\$ 4,8220 -o menor patamar desde agosto.

-O ciclo de queda nas taxas de juros no Brasil pode se acelerar. A redução da Selic e da **inflação** diminui as dívidas das empresas, eleva o poder de consumo da população e favorece investimentos a um baixo custo de capital. As ações de empresas alavancadas e empresas de maior grau cíclico já refletem o movimento de alta - diz Ângelo Belitardo Neto, analista da Hike Capital.

Como consequência de um cenário mais positivo, os juros futuros caíram: a taxa DI com vencimento em janeiro de 2026 passou de 9,62% para 9,57%. No exterior, também há a interpretação de que o Federal Reserve poderá iniciar o ciclo de corte de juros no próximo trimestre. De acordo com a ferramenta do CME Group, 71,3% dos especialistas apostam em um corte de 0,25 ponto percentual em março. Em Nova York, o índice Dow Jones fechou com alta de 0,43%; S P 500 subiu 0,42%; e Nasdaq, 0,54%.

A maior confiança na economia americana, que pode impulsionar o crescimento econômico mundial, e a demanda por petróleo, ajudaram o preço da commodity a subir mais de 2%. Também tiveram impacto os novos ataques a navios no Mar Vermelho, que geram temores de interrupções no transporte marítimo. Os contratos futuros do barril do tipo Brent fecharam com ganho de 2,5%, a US\$ 81,07.

Na Bolsa de São Paulo, a B3, as ações ordinárias da Petrobras seguiram a tendência e subiram 1,50%, a R\$ 39,20, enquanto as preferenciais ganharam 1,61%, indo a R\$ 37,33. A Vale, que também tem grande peso no Ibovespa, principal índice da B3 teve um dia favorável após o minério de ferro tocar US\$ 140 e fechar com alta de 1,34%, a US\$ 137,84 por tonelada. Os papéis da empresa subiram 0,35%, terminando a R\$ 76,66.

-As ações da Vale acompanharam a quinta alta consecutiva do minério de ferro- comentou Alexandro

Mercado reduz previsões para a inflação e o dólar

O último Boletim Focus do ano, divulgado excepcionalmente ontem, uma terça-feira, pelo Banco Central, apontou para uma **inflação** menor em 2023 e 2024. A projeção é que o IPCA termine o ano em 4,46%, frente aos 4,49% previstos na semana passada. O IBGE vai divulgar o resultado de dezembro e do ano em 11 de janeiro.

A metade **inflação** no Brasil atualmente é de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2024, quando a meta é de 3%, a expectativa dos agentes do mercado para o IPCA também caiu de 3,93% para 3,91%.

Os analistas consultados ainda acreditam na valorização do real. A expectativa é que o dólar termine 2023 não mais a R\$ 4,93, mas a R\$ 4,90. Para o próximo ano, o câmbio deve ficar em R\$ 5. E as previsões para 2025 apontam a moeda americana a R\$ 5,05.

Sobre o PIB de 2023, a mediana das opiniões se manteve em 2,92%. Para 2024, a projeção aumentou também na margem: alta de 1,51% para 1,52%. Este ano, o mercado errou muito nas projeções, algo admitido pelos próprios economistas. Para se ter uma ideia, o Boletim Focus de 23 de dezembro de 2022 projetava que o crescimento do país este ano seria de 0,79%.

Para a Selic de 2024, o mercado voltou a projetar que termine em 9% ao ano, depois de ficar o último trimestre em 9,25%. (Letycia Cardoso e Ana Carolina Diniz)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB da China deve desacelerar em 2024, preveem analistas

Peggy Ye

O crescimento econômico da China vai desacelerar para 4,6% no ano que vem, dizem economistas. Ao mesmo tempo, projetam, uma expansão de 5,2% para este ano, em meio à queda do mercado imobiliário e estagnação do consumo.

A previsão média de 25 especialistas em China para o Produto Interno Bruto em 2023 subiu 0,2 ponto percentual em relação à pesquisa conduzida no terceiro trimestre pela Nikkei Asia. Dos 25 economistas, 23 acreditam que o crescimento deste ano ficará próximo da meta oficial do governo chinês, de cerca de 5%.

A taxa de crescimento de 2023 recebeu um estímulo por se seguir a uma base baixa no ano anterior, devido à pandemia de covid-19. Os economistas continuam cautelosos em relação a 2024, com um elevado risco causado pelas incertezas do setor imobiliário.

Entre os 19 que forneceram previsões de crescimento na sondagem anterior, 12 aumentaram suas previsões. Um dos especialistas, o estrategista de ações Kenny Ng da Everbright Securities Internacional, ajustou sua projeção de crescimento em 2023 de 5,2% para 5,6%. Ele apontou para isso "o desempenho do varejo que se recuperou em outubro e novembro".

A previsão média da pesquisa de crescimento de 4,6% para 2024 é 0,1 ponto percentual acima da última previsão feita em setembro.

A agência S P Global Ratings prevê uma taxa de crescimento de 4,6% para 2024, mas cita um possível cenário negativo de 2,9%, dependendo do que acontecer no setor imobiliário. "Com 2023 no trimestre final, o impacto do cenário negativo aparecerá substancialmente mais em 2024", disse Eunice Tan, chefe de análises de crédito da S P Global Ratings para a Ásia-Pacífico. "Os problemas no setor imobiliário estão prejudicando a recuperação econômica da China."

Sophie Altamatt, economista da Julius Baer, concorda com essa visão. "A correção no setor imobiliário deverá continuar em 2024 e pesar sobre os investimentos, a confiança das famílias e as finanças

dos governos locais", disse ela.

Quando questionados sobre quais poderão ser os desafios econômicos críticos, 13 dos 17 economistas consultados citaram o "mercado da habitação fraco" e a "fraca confiança do consumidor" como os dois principais riscos, seguidos de uma "falta ou insuficiência de medidas políticas", num reflexo das preocupações crescentes com a capacidade de Pequim de implementar medidas de estímulo mais eficientes. Não há certeza na capacidade da China de resolver os desafios de seu problemático setor imobiliário e entregar moradias aos compradores, uma vez que grandes incorporadoras endividadas, como a Evergrande e a Country Garden Holdings, continuam em dificuldades financeiras.

Sem regras obrigatórias, os bancos hesitam em fornecer empréstimos adicionais em razão das preocupações com o crescimento dos empréstimos ruins. "Os bancos estão relutantes em conceder empréstimos a incorporadoras privadas", diz Jian Chang, principal economista da Barclays Asia Pacific para a China. Em apoio às dificuldades financeiras crescentes dos governos locais, Pequim emitiu em outubro 1 trilhão de yuans (US\$ 140 bilhões) em bônus.

Tetsuji Sano, economista da Sumitomo Mitsui DS Asset Management para a Ásia, acredita que o financiamento se destina principalmente a compensar cunhas de receitas dos governos locais e apoiar o serviço da dívida das plataformas de financiamento locais. "A capacidade de apoiar a economia por meio de investimentos públicos como os em infraestrutura, alcançou seu limite", observou Sano.

"Este mês, a agência de classificação de risco Moody's ajustou sua perspectiva de nota de crédito da China de "estável" para "negativa", alegando que o maior apoio do governo central aos locais e à se estatais poderá afetar a força fiscal e a qualidade de crédito do país.

Carlos Casanova, economista-chefe da UBP, vê riscos parecidos. Ele disse: "O déficit do orçamento vai aumentar nos próximos anos, contribuindo para as pressões sobre a classificação soberana da China". O Ministério das Finanças da China rejeita essas preocupações, afirmando que a dívida do governo "é

controlável".

Em termos cambiais, os economistas preveem que o yuan irá se recuperar gradualmente, dada a expectativa de que o Federal Reserve (Fec), o banco central dos EUA, começará a cortar taxas de juros em 2024. A taxa de câmbio média prevista pelos economistas da China é de 7 yuans por dólar no fim do ano que vem e 6,8 no fim de 2025.

Os riscos geopolíticos, como a tensão com os EUA e a China continuarão pesando sobre as perspectivas para a economia chinesa. Chen Dong, chefe de análises macroeconômicas da Pictet Wealth para a Ásia, acredita que as eleições presidenciais em Taiwan e nos EUA "poderão causar perturbações".

"Esses riscos provavelmente limitarão o interesse dos investidores na China", disse ele.

A demografia é outra questão estrutural que afeta as perspectivas, uma vez que a população da China começou a encolher em 2022. Bert Burger, o principal economista da Atradius, diz que a combinação de desemprego alto entre jovens, o envelhecimento e o sistema de **seguridade social** pouco desenvolvido "pressionam" a confiança do consumidor.

Hui Shan, principal economista do Goldman Sachs para a China, identifica três fatores de incerteza. "A demografia, a desalavancagem e a limitação da exposição aos riscos deverão desacelerar o crescimento chinês, especialmente na próxima década. Acreditamos que o crescimento real do **PIB** desacelerara para apenas 3% até 2034", diz.

"Riscos geopolíticos devem limitar o interesse de investidores" ChenDong

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231226/>

Milei demite 7 mil de órgãos do Estado e deve enfrentar marcha hoje

O governo do presidente ultra-direita argentino, Javier Milei, publicou ontem o decreto que demite 7 mil empregados de estatais contratados neste ano. A medida coincide com o primeiro dia de sessão do Congresso após a convocação extraordinária de Milei, que interrompeu o recesso de fim de ano dos parlamentares para que o Legislativo debata os planos de corte de gastos, um projeto de lei sobre lucros e as novas regras de repasse de recursos do governo nacional às províncias.

O Decreto Nacional de Urgência (DNU) - baixado por Milei há uma semana e que trata de forma mais ampla 30 pontos de desregulamentação da economia que vão de normas trabalhistas a privatizações e regras para planos de saúde - será enviado ao Congresso, mas não será debatido durante o período de convocação extraordinária, que termina em 31 de janeiro. Analistas argentinos estimam que este pacote específico só será votado depois de março.

Nas próximas sessões do Congresso - onde a bancada do partido La Libertad Avanza, de Milei, depende do apoio de parlamentares ligados ao ex-presidente Mauricio Macri para aprovar suas propostas -, devem ser debatidas as primeiras medidas adotadas pelo novo governo, como a redução do número de ministérios de 18 para 9 e a venda de ativos do Estado, como carros e aviões.

Os planos de Milei o colocam em rota de colisão com as poderosas central sindicais do país. A Central Geral de Trabalhadores (CGT) marcou para hoje uma grande manifestação em Buenos Aires - desafiando a novo "protocolo antipiquetes", que pune com perda de benefícios sociais e pesadas multas ativistas que bloquearem vias públicas.

Para amanhã, o líder histórico da CGT, Hugo Moyano, convocou seus filiados a assembleias para decidir sobre a decretação de uma greve geral. "Os planos deste governo visam liberar os argentinos do peso do Estado que tanto dano tem causado a todos", disse ontem o porta-voz do governo, Manuel Adorni, em entrevista coletiva. "A estratégia do Executivo é a de utilizar o capital político que recebeu das urnas para pressionar os parlamentares", afirmou um parlamentar vinculado à centro-direita, sob a condição de anonimato. "Isso pode dar certo enquanto ele mantiver a popularidade, mas pode se tornar um tiro no pé na

medida em que a liberação de preços e as ações de austeridade elevarem a **inflação** e os índices de desemprego", afirmou.

Milei venceu o segundo turno das eleições presidenciais, em novembro, com 55% dos votos - derrotando o então ministro da Economia Sérgio Massa, que deixou o país com uma **inflação** anual de 106% em outubro e mais de 40% da população abaixo da linha de pobreza, segundo dados do próprio governo.

"Os legisladores vão ter de votar entre apoiar o que o povo escolheu ou continuar a obstruir esta mudança e colocar travas na roda destinada a superar o contexto da urgência que todos os argentinos enfrentam", disse Adorni.

"Neste caminho há muitos bons argentinos que querem acabar com a decadência do país e outros não querem mudar", prosseguiu Adorni. "Quando nós falamos de marchas e dos que anunciam protestos, entendemos quem está do lado da mudança e quem está defendendo os seus próprios interesses ou se beneficiando da manutenção do seu status quo", disse.

"Marchas mostram quem quer mudar e quem defende só os próprios interesses" Manuel Adorni

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231226/>

Tom de cautela do Copom não barra previsões de Selic menor

Alex Ribeiro São Paulo

A mensagem conservadora mantida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central na sua reunião de dezembro não impediu que os analistas econômicos do mercado financeiro cortassem a sua projeção para os juros ao fim de 2024.

Nesta semana, a mediana das projeções dos especialistas para o período, coletada no boletim Focus, caiu de 9,25% ao ano para 9% ao ano, segundo dados divulgados pelo BC ontem.

Até a semana anterior, o mercado esperava que o Banco Central cortasse a taxa Selic, hoje em 11,75% ao ano, em 0,5 ponto percentual nas quatro primeiras reuniões de 2024, além de duas baixas de 0,25 ponto no segundo semestre.

Agora, a aposta mediana é que sejam feitos cinco cortes de 0,5 ponto percentual, acrescidos de um movimento final de 0,25 ponto na reunião de dezembro de 2024.

Chama a atenção o fato de o mercado financeiro prever mais cortes de juros justamente depois de o Copom, a partir de **comunicado** divulgado em 13 de dezembro, ter reafirmado a sua postura cautelosa na condução dos juros. A mensagem foi repetida na ata do Copom e no Relatório de **Inflação**.

Alguns advogavam que o BC indicasse que pretende baixar os juros em 0,5 ponto percentual apenas na próxima reunião, em janeiro, deixando em aberto o que poderá fazer em março. Se agisse assim, em tese aumentariam as chances de um corte de 0,75 ponto percentual na Selic em março.

Para essa corrente do mercado financeiro, com a suposta virada na condução da política monetária pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), sinalizando mais cortes de juros, o Copom também poderia ser mais ousado na condução das baixas da Selic.

O comitê, porém, adotou um tom mais sóbrio, indicando a manutenção do ritmo de baixa de juros em 0,5 ponto percentual nas duas próximas reuniões. O discurso oficial desde então é que a atividade econômica e a **inflação** vêm se comportando da forma

esperada, por isso o ritmo de distensão não deve ser alterado. A queda de juros nos EUA, segundo o BC, não se transmite mecanicamente para a economia brasileira.

O curioso é que os analistas do mercado reviram para baixo a taxa de juros esperada para o fim de 2024, mas pouco mudaram suas projeções de **inflação**. A aposta mediana, por exemplo, é que a **inflação** de 2025 ficará em 3,5%, acima da meta. O corte adicional de 0,25 ponto que os analistas colocaram no Focus ocorreria em agosto de 2024, justamente quando o Copom estaria fazendo um esforço concentrado para cumprir a meta e 2025.

O Banco Central tem evitado fazer uma sinalização de uma taxa de juros para o fim de 2024. Seu discurso é que o juro será mantido contracionista e em nível suficiente para garantir que a meta de **inflação** seja cumprida e as expectativas, reancoradas.

Na sua reunião de dezembro, o Copom fez seus cálculos e constatou que, se os juros forem cortados até 9,25% ao ano até o fim de 2024, a **inflação** chegaria perto da meta em meados de 2025, fechando o ano em 3,2%. Se usasse nas suas projeções uma taxa de 9% ao ano, como agora o mercado prevê no boletim Focus, a **inflação** projetada pelo Copom provavelmente seria mais alta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/18774>

9